

## INFORMATIVO

---

# Tributação sobre os Lucros e os Dividendos PL 1.087/2025



## SOBRE O PL

O PL 1.087/2025 aprovado pelo Senado Federal, traz uma série de alterações sobre a exigência de imposto de renda para pessoas físicas, incluindo uma ampliação na tabela de isenção de imposto de renda e implementação de imposto de renda (IRPF Mínimo) sobre valores hoje isentos, para contribuintes que possuam rendimentos classificados como “alta renda”.

O texto precisa ser sancionado pelo Presidente da República, com ou sem vetos, antes de ser convertido em lei.

Embora o texto demande a regulamentação de suas previsões, destacamos alguns pontos de atenção quanto a tributação dos lucros e dividendos.



# ALTERAÇÕES



Isenção do imposto de renda  
para rendimentos tributáveis  
de até R\$ 5.000,00 para  
2026



Como toda isenção depende de uma contrapartida, para garantir o equilíbrio das contas públicas, houve a criação da "Tributação Mensal e Anual das Altas Rendas".



Dentre as medidas, a exigência de imposto de renda sobre **lucros e dividendos** pagos por uma pessoa jurídica a uma pessoa física

## COMO SERÁ

### A PARTIR DE 2026

Lucros e dividendos recebidos, em um mês, por pessoa física residente ou não no Brasil em montante superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);



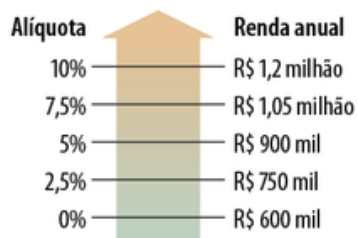
Alíquota de 10%

### A PARTIR DE 2027

Soma de **todos os rendimentos** recebidos no ano-calendário 2026, seja superior a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Valores de rendimentos de R\$ 600.000,00 à R\$ 1.200.000,00, alíquota progressiva até 10%.

#### Impostos sobre lucros/dividendos

A alíquota será progressiva, crescendo linearmente conforme o valor aumenta



Alíquota de 0 à 10%

# PONTOS DE ATENÇÃO

## Distribuição de dividendos

- Dividendos deliberados até 31.12.2025 estarão isentos do imposto de renda, desde que pago, creditado, empregado ou entregue até 2028;
- Sócios e acionistas **não residentes** não tem isenção e proteção dos pagamentos nos anos de 2026 à 2028;
- Necessário avaliar a distribuição de lucros apurados até 2025 e alternativas para sócios não residentes; e
- Necessidade de verificar a previsão de contratos sociais.

## Tributação anual

Caso a somatória da alíquota da pessoa jurídica pagadora de lucros com a alíquota mínima da pessoa física seja superior as alíquotas nominais do IRPJ e CSLL, será concedido um redutor em benefício da pessoa física, na tributação sobre os lucros e dividendos.

## Doação

O PL dentre as hipóteses de dedução, fez menção a doação em adiantamento de legítima e herança. Esta previsão pode gerar interpretações distintas sobre outras formas de doação, incluindo legado.

# PONTOS DE ATENÇÃO

## Offshore

O ganho de variação cambial não está nas hipóteses de dedução do IR mínimo.

## Deduções

- parcela isenta relativa à atividade rural;
- ganhos de capital, exceto os de operações realizadas em bolsa ou no mercado de balcão organizado sujeitas à tributação com base no ganho líquido no Brasil;
- Rendimentos Recebidos Acumuladamente (RRA) tributados exclusivamente na fonte, desde que o contribuinte não tenha optado pelo ajuste anual;
- valores recebidos por doação em adiantamento da legítima ou herança;
- rendimentos de contas de depósitos de poupança;
- remuneração produzida por: LCI; CRI; CDA; WA; CDCA; LCA; CRA; CPR; LIG; LCD; os relacionados a projetos de investimento e infraestrutura; os fundos de investimento de projetos e o FIP-IE e o FIP-PD&I;
- rendimentos distribuídos pelos Fundos de Investimento Imobiliário e pelos Fiagros cujas cotas sejam admitidas à negociação exclusivamente em bolsas ou no mercado de balcão e que tenham, no mínimo, 100 cotistas;
- valores recebidos a título de indenização por acidente de trabalho, por danos materiais ou morais, ressalvados os lucros cessantes;
- rendimentos isentos dos incisos 14 e 21 do artigo 6º da Lei 7.713, de 1988;
- rendimentos de títulos e valores mobiliários isentos ou sujeitos à alíquota zero do IR, exceto os de ações e demais participações societárias;
- lucros e dividendos relativos a resultados apurados até o ano-calendário de 2025, caso a distribuição seja aprovada até 31 de dezembro de 2025 e ocorra nos anos-calendário de 2026, 2027 e 2028; e
- repasses obrigatórios efetuados previstos em lei, incidentes sobre os emolumentos, no caso da atividade exercida pelos titulares cartórios.





[www.hmadv.adv.br](http://www.hmadv.adv.br)



@holanda\_mancuzo



Holanda Mancuzo

[hmadv.adv.br](http://hmadv.adv.br)